

# LORETA VALADARES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

LORETA VALADARES AND GENDER VIOLENCE IN THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Joelma de Araújo Silva Resende<sup>1</sup>

Margareth Torres de Alencar Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** A violência de gênero é praticada nos mais variados ambientes; em contextos patriarcais, espera-se que a mulher fique restrita ao espaço doméstico e que o poder seja exercido somente por homens. Na ditadura civil militar brasileira, as mulheres que se inseriram na luta com o objetivo de livrar o país da repressão e do silenciamento foram presas, torturadas e mortas; a violência praticada consistia em humilhar e rebaixar a mulher para que ela retornasse ao ambiente privado. Com o objetivo de analisar a violência de gênero que foi praticada durante a ditadura militar brasileira recorre-se ao livro *Estilhaços* – em tempos de luta contra a ditadura, de autoria da ex-militante Loreta Valadares. Para fundamentar os estudos sobre memória serão feitas leituras de Gagnebin (2006), Polak (1989) e Sarlo (2007) e recorre-se a Lerner (2019), para compreensão do contexto patriarcal; Ferreira (1996), Rosa (2013) e Colling (1997) são utilizadas para discussão da participação feminina na ditadura brasileira. Percebe-se que durante esse período, era praticada uma violência específica contra as mulheres pelo fato delas estarem transgredindo o que a sociedade havia predeterminado como um comportamento adequado para a mulher. Desviar-se desse modelo era inaceitável e significava que essa figura feminina era um desvio de mulher.

**Palavras-chave:** Violência de gênero; Ditadura Militar brasileira; Loreta Valadares.

**Abstract:** Gender violence is performed inside the most different environments. It is expected that women must be restricted to the household space and that power must be performed only by men in patriarchal contexts. Women who struggled against it with the aim of ridding the country from repression and silencing were imprisoned, tortured and killed in Brazilian civil military dictatorship. The violence performed consisted in humiliating and degrading the woman so that she would return to her private environment. The work *Estilhaços* – em tempos de luta contra a ditadura, by former activist Loreta Valadares, is used in order to analyze the gender violence that was practiced during the Brazilian military dictatorship. Readings on

<sup>1</sup> Mestra em Letras pela Universidade Federal do Piauí – Brasil. Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Piauí – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4858-3412>. E-mail: [joelmadearaujosilva@gmail.com](mailto:joelmadearaujosilva@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco – Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Ciências Humanas e Sociais na Universidad de Buenos Aires – Argentina. Professora Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3524-9503>. E-mail: [margazinha2004@yahoo.com.br](mailto:margazinha2004@yahoo.com.br).

Gagnebin (2006), Polak (1989), Sarlo (2007) and Lerner (2019) will be made to substantiate studies on memory and will be used to understand the patriarchal context; Ferreira (1996), Rosa (2013) and Colling (1997) are used to discuss female participation in Brazilian dictatorship. It can be noticed that a specific type of violence was practiced against women because they were transgressing what society had predetermined as appropriate behavior for women during this period. Deviating from the role model was unacceptable and meant that the one who did it was a deviated woman.

**Keywords:** Gender violence; Brazilian Military Dictatorship; Loreta Valadares.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a violência de gênero que foi praticada durante a ditadura militar brasileira, a partir do livro *Estilhaços* – em tempos de luta contra a ditadura, publicado em 2005, de autoria da ex-militante Loreta Valadares. O livro relata as violências sofridas pelas mulheres quando estas tentavam se inserir nos espaços de poder e lutar pelo que consideravam justo para o país. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem centrada nos Estudos culturais de viés comparado.

Loreta Kiefer Valadares nasceu em 1943, em Porto Alegre (RS) e foi morar com a família em Salvador (BA) ainda criança, com seis anos. Iniciou o curso de Direito na UFBA em 1961, interrompendo o curso alguns meses depois para fazer um estágio nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1962 e já ingressou no movimento estudantil da AP (Ação Popular); ao concluir o curso em 1966 partiu para São Paulo, local onde a AP pretendia se fortalecer. No ano seguinte, mudou-se para Minas Gerais, já em companhia de Carlos Valadares, seu futuro esposo; lá, eles atuaram junto aos camponeses da região, na tentativa de fortalecer o operariado.

Preso em 1969 pelo Governo Militar, Loreta Valadares sempre se manteve firme durante os interrogatórios e nunca entregou ninguém, mesmo quando torturaram Carlos Valadares em sua frente. Voltou a ter liberdade em maio de 1970, retornou a São Paulo, voltou a ter contato com a AP e descobriu, em 1971, que possuía um problema cardíaco, que fora agravado por causa das

torturas que sofreu quando estava presa. Condenada a três anos de prisão, saiu do país e seguiu para a Argentina e depois para a Suécia. Ao retornar ao Brasil em 1980, foi trabalhar como professora de Ciência Política na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, onde lecionou até se aposentar. Seu estado de saúde foi se agravando e ela passou a se cansar com atividades simples, indo a óbito em 2004, na Bahia, aos 61 anos.

Em sua homenagem, em Salvador (BA), foi criado em 2005 o *Centro de Referência Loreta Valadares*, que atua na atenção a mulheres em situação de violência. Em Vitória da Conquista (BA) foi instituído em 2008 o título *Mulher Cidadã Loreta Valadares*, que se destina a mulheres que se destacam pela defesa da mulher. Além de *Estilhaços*, Loreta Valadares publicou os livros de poemas *Ecos do tempo* (1996) e *Semeadores de Sonhos* (2004) em coautoria com Carlos Valadares e também teve publicado o livro *As faces do feminismo* (2007).

Considera-se que Loreta Valadares é uma escritora invisibilizada. Os livros de sua autoria são muito difíceis de serem encontrados, o que mostra o pouco interesse em se reeditar livros dessa natureza. Isso faz com que cada vez menos pessoas tenham acesso aos seus escritos, já que os livros não são reeditados. *Estilhaços*, por exemplo, teve somente uma edição, em 2005.

Sobre esse livro é encontrado escasso material: algumas poucas dissertações e teses que investigam sobre a ditadura militar brasileira o mencionam. Na dissertação: *Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular*, Heloísia Nunes dos Santos investiga a escrita autobiográfica de Loreta Valadares e de outras ex-militantes. A pesquisadora escreve que Loreta mostrava um olhar diferente para o mundo em relação às questões de gênero; sua escrita refletia sua identificação com o feminismo, pois já destacava os preconceitos sofridos pelas mulheres em uma sociedade patriarcal, o comportamento machista que existia dentro das próprias

organizações de esquerda e também a maneira específica como as mulheres eram violentadas pelos torturadores.

Para esta pesquisa, serão utilizadas referências sobre memória, patriarcalismo e gênero, que auxiliarão na compreensão do contexto em que Loreta estava inserida e permitirão uma análise da violência sofrida pelas mulheres que se inseriam na luta contra a ditadura. Assim, para fundamentar os estudos sobre memória recorre-se a Gagnebin (2006), Polak (1989) e Sarlo (2007); para fundamentar o contexto patriarcal utiliza-se Lerner (2019) e recorre-se a Ferreira (1996), Rosa (2013) e Colling (1997) para discussão da participação feminina na ditadura brasileira e a imagem que se tinha da mulher militante.

## 2. DITADURA E MEMÓRIA

Ao se propor uma discussão sobre a violência política de gênero a partir de um texto escrito por uma ex-militante da ditadura militar brasileira, há que se discutir a memória e os aspectos que permeiam a escrita desse texto memorialístico. De acordo com Gagnebin (2006), atualmente há um grande interesse nos estudos sobre a memória; isso acontece nos mais diversos campos do conhecimento, como a história, literatura e filosofia. Dessa forma, percebe-se que a memória não deve ser vista somente como um objeto de estudo e sim como uma tarefa ética, de ressignificação do passado sobre algum fato ocorrido; deve-se estar ciente também que os estudos sobre memória atualmente dispõem de características específicas, já que não vivemos mais em comunidades com memórias predominantemente orais. As obras humanas estão envelhecendo de forma muito rápida e, por isso, o ser humano precisa inventar formas de conservar essas lembranças.

Gagnebin (2006) destaca que, no final do século XIX, Nietzsche já criticava a preocupação obsessiva com o passado, que, segundo ele, poderia

paralisar o presente. Tzvetan Todorov compartilhava o mesmo raciocínio e, ao escrever o panfleto *Os abusos da memória*, denunciou as comemorações exageradas com o passado em detrimento do presente. Pensando em uma questão específica sobre o genocídio contra os judeus, o nome Auschwitz, símbolo da Shoah, remete à ideia de algo que não pode e nem deve ser esquecido. Os sobreviventes, realmente, jamais esqueceriam, mesmo se quisessem, pois “é próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição.” (GAGNEBIN, 2006, p.99). Nesse sentido, os sobreviventes se esforçam duas vezes: primeiro, tentam dizer o indizível, que seria elaborar simbolicamente o trauma, para que possam continuar vivendo; segundo, eles são testemunhas de algo que não pode ser apagado.

Gagnebin (2006) cita Adorno que afirma que, geralmente, quando se luta contra o esquecimento, é pela busca de compreensão do evento ocorrido, no sentido de que haja um esclarecimento a respeito do que ocorreu; não necessariamente para que se apontem os culpados: “Não se trata de lembrar o passado, de torná-lo presente na memória para permanecer no registro da queixa, da acusação, da recriminação” (GAGNEBIN, 2006, p. 102). Quando há essa intenção de que sejam reconstruídos os papéis de juiz e de culpado, os sujeitos continuarão presos no passado e não conseguirão a resignificação do presente: “A exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente”. (GAGNEBIN, 2006, p. 103). Dessa forma, devemos lembrar o passado, a fim de esclarecer o que efetivamente ocorreu, para não repeti-lo. De maneira geral, os teóricos defendem um “lembrar ativo” (GAGNEBIN, 2006, p. 105), que ressignifique o presente, que não permita mera repetição do passado, o que deve haver é

um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos (GAGNEBIN, 2006, p. 105).

Pollak (1989) também afirma a importância dos estudos memorialísticos e destaca que desde o final do século XX, a memória tem sido um dos aspectos que preocupa a cultura. Ele escreve que a memória subterrânea, que é aquela que privilegia a análise dos excluídos e das minorias, se opõe à memória nacional (oficial) e se sobressai em momentos de crise. O texto de Loreta Valadares se encaixa na memória subterrânea por ela ser uma mulher, militante de um movimento de esquerda e que se utiliza da escrita para que sua memória dos fatos se mantenha viva; seu relato sobre as violências que viveu permanecerá, juntando-se aos relatos de outras mulheres que também vivenciaram essas mesmas violências.

Dessa forma, o testemunho de Valadares não se perderá, devido ao fato dela ter transformado suas experiências em uma narrativa que atravessará gerações. Pollak (1989) destaca que a relação entre ditadura e memória subterrânea é muito importante para a literatura, principalmente quando essa memória é transformada em testemunho e concretizada em forma de narrativa.

Para Sarlo (2007), a literatura sobre a ditadura é uma tentativa de fazer com que a memória mantenha vivo tudo o que foi vivido, mesmo que sejam lembranças trágicas e que tragam novamente o sofrimento. É uma forma de impedir o esquecimento. Não podem ser esquecidos processos históricos que foram determinantes para a formação da identidade de cada país. Em muitos países, e destacam-se aqui, os países da América Latina, essa luta pela democracia aconteceu desde suas origens.

Nessa tentativa de evitar o esquecimento, as testemunhas escrevem suas memórias traumáticas, unindo memória individual e coletiva, como defende

Halbwachs (1990), e aproximando as semelhanças entre os vários discursos sobre o evento traumático. O discurso passa então a ter uma base comum, sólida, coletiva, construída a partir dos discursos individuais.

No capítulo 10, parte 3, do relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, intitulado *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, as agressões cometidas contra as mulheres durante a ditadura são expostas, através de vários relatos de vítimas dos militares. A mulher era ameaçada, humilhada e torturada, para se colocar em “seu devido lugar”:

Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino (BRASIL, 2014, p. 404).

Os vários relatos produzidos pelas mulheres que foram torturadas durante a ditadura, que recorrem à memória para descrever as atrocidades vividas, convergem para um discurso único sobre a existência de uma violência direcionada às mulheres.

Valadares apresenta, em *Estilhaços*, a necessidade de denunciar as violências que sofreu enquanto militante; ela acredita que “o confronto com o passado, repetido por diversas vezes, por diferentes pessoas, sempre se renova em um constante atualizar do presente e aproximar do futuro” (VALADARES, 2005, p. 21). Essa atualização constante, o “lembrar ativo” mencionado por Gagnebin (2006) permite que se conheça o passado, mas não simplesmente para que se lamente por ele, e sim que se compreenda como os eventos ocorreram, quais as raízes dos fatos e como podem ser evitados. Compreender o passado é o primeiro passo para a ressignificação do presente. Relembrar a

violência sofrida pelas mulheres durante a ditadura é essencial para que ela não volte a ocorrer:

Decido, ao final, expressar algumas opiniões políticas sobre a violência do Estado, o uso da tortura como instrumento integrante da política de Estado. Porque é preciso não esquecer, manter viva a chama do repúdio a todo e qualquer tipo de opressão, a toda violência, a toda impunidade (VALADARES, 2005, p.22).

Assim, Valadares não só rememora as violências que sofreu durante a ditadura brasileira, ela também se posiciona em relação ao tratamento que era dado às mulheres somente pelo fato de elas serem mulheres, apresenta reflexões utilizando o título “Olhos de mulher”, em que aborda sua consciência acerca de gênero, embora na época da ditadura, ela ainda não se declarasse feminista, mas com o tempo percebe que já estava lutando contra a opressão que existia contra as mulheres.

### **3. PATRIARCALISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Em *Estilhaços*, publicado em 2005, Loreta Valadares, filha de um judeu refugiado no Brasil por conta da perseguição nazista e de uma brasileira, relata sua vida enquanto militante política durante a ditadura militar brasileira. Ao iniciar o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, na década de 1960, deparou-se com o movimento estudantil e logo se identificou com a militância.

Em 31 de março de 1964 ocorreu o golpe militar enquanto Loreta estava em uma Assembleia Geral na Faculdade de Direito. De lá, resolveram fazer minicomícios e Loreta foi para a Praça da Sé, mas logo seus pais chegaram e a retiraram de lá. Eles não concordavam com a decisão de Loreta em participar da militância estudantil; mas o apelo dos pais era inútil, pois a filha não desistiria de lutar por seus ideais. Com o intuito de se engajar mais na luta, Loreta resolveu mudar-se para Minas Gerais e lá foi presa; a partir desse

momento, Loreta sentiu de maneira mais forte a violência praticada pelos militares e relatou como as mulheres eram torturadas. No livro, ela detalha as violências físicas e psicológicas que eram realizadas para que as mulheres dessem informações sobre outros militantes, mas não somente isso; percebe-se que as violências que sofriam eram práticas que rebaixavam e humilhavam a mulher, com foco principalmente em seus corpos.

Gerda Lerner (2019) escreve sobre as origens do patriarcado para entendermos o porquê da violência contra a mulher e da supremacia masculina estarem enraizadas nas sociedades. Ela questiona o porquê da mulher ser considerada inferior, por que seu corpo é objetificado e por que as posições de comando são ocupadas majoritariamente por homens, dentre outras questões.

Retirar a história de um grupo é uma forma de reduzir as possibilidades dessa população de se impor e buscar seus direitos. Lerner (2019) faz esse apanhado histórico para que se compreendam os fatos passados e as narrativas que foram construídas para que as mulheres se mantivessem passivas e conformadas com a submissão. Obviamente, as mulheres sempre participaram da história, da construção da memória coletiva, porém, existe um apagamento em relação às narrativas sobre essa participação feminina. Não há interesse em registrar as ações das mulheres e sim em mantê-las enclausuradas no ambiente doméstico.

A autora questiona se as mulheres compactuaram com a criação do patriarcado e quais os alicerces desse sistema para que ele continue a existir de forma tão forte. Cita a religião que sustentava e ainda sustenta a ideia de submissão feminina e até mesmo a ciência, que, através da biologia, defendia a inferioridade da mulher: “Tradicionalistas, seja trabalhando sob uma ótica religiosa ou ‘científica’, consideraram a submissão das mulheres como algo universal, determinado por Deus ou natural, portanto, imutável” (LERNER, 2019, p. 38). Do ponto de vista religioso (cristão), a mulher foi criada a partir do

homem e por Deus escolhida para conceber filhos. Já que ela vai carregar o filho no ventre, parir e amamentá-lo, naturalmente ela deve ficar em casa para cuidar das crianças. Por outro lado, os homens são mais fortes e devem trabalhar para garantir o sustento da família.

Sobre esses dois aspectos da defesa da supremacia masculina, no século XIX o argumento religioso foi enfraquecendo, mas na ciência, os defensores do patriarcado reafirmavam que a menstruação, menopausa e gravidez debilitavam a mulher, tornando-a um ser inferior. Na Psicologia, para a teoria freudiana, a mulher era um ser incompleto porque não tinha pênis.

Com o avanço dos estudos sobre os aspectos científicos que insistem em defender uma suposta inferioridade feminina, surgiram teorias que defendiam um estágio inicial de predomínio do matriarcado. Nessa teoria, homens e mulheres tinham seus campos de trabalho e viviam em condições igualitárias; porém, com o surgimento da propriedade privada, foi instituída a família monogâmica e a sexualidade das mulheres passou a ser controlada: “O homem assumiu o comando também em casa; a mulher foi degradada e reduzida à servidão; tornou-se escrava do prazer do homem e mero instrumento de reprodução” (LERNER, 2019, p. 47). Assim, criou-se um contexto de domínio do homem sobre a mulher, que perdura até os dias atuais.

Em relação à participação feminina na ditadura, apesar do contexto patriarcal e machista, muitas mulheres enfrentaram as dificuldades impostas e se inseriram na luta. Rosa (2013) discute sobre a participação feminina na ditadura militar brasileira; de acordo com ela, muitas militantes afirmam que para participar da luta política, tiveram que adequar-se ao modelo de militante masculino, cortando os cabelos e deixando de usar maquiagem. Ela cita o depoimento da ex-militante Nilce Cardoso que “lembra ainda que isso acontecia nos vários movimentos políticos da época, nos quais a mulher deveria

metamorfosar-se visualmente, aproximando-se da figura do militante” (ROSA, 2013, p. 43).

Essa imposição da imagem da mulher aproximando-se da figura masculina mostra claramente que a militância não era considerada uma atividade para a mulher. Ela não deveria estar ali, mas já que estava, que se “transformasse” em um homem, de cabelos curtos, usando calças, sem pinturas no rosto e se esforçando ao máximo para parecer um homem, porque a militância, a guerra, a luta política, não admitem feminilidade ou sensibilidade, características associadas sempre e unicamente à mulher. Aquele ambiente era para machos, fortes, destemidos, guerreiros prontos para pegarem em armas e lutar pela liberdade. Esse ambiente jamais poderia ser associado à mulher, sujeito tão frágil e sem preparo.

Valadares (2005), em *Estilhaços*, ratifica esse pensamento ao relatar que era vista com discriminação na militância por causa de seu vestuário e pelo fato de gostar de maquiagem. Achavam que ela não cumpriria bem o papel de militante; alguém que já até havia sido convidada para participar de um desfile de moda... Segundo ela, essa visão era romântica e idealista de como deveria ser uma mulher e também de como deveria ser uma militante:

Sinto que companheiros pensam que não serei uma boa revolucionária, que não seguirei em frente ao processo! A vida mostra diferente: engajo-me de corpo e alma na luta revolucionária, adapto-me às exigências das tarefas propostas e às mudanças de costumes e hábitos. Mas não deixo de gostar de me pintar, usar coisas bonitas (quando possível), cuidar do corpo e dos cabelos. A mulher não precisa “renegar” as características de gênero para ser revolucionária (VALADARES, 2005, p. 42).

Sobre o preconceito em relação às mulheres participarem de atividade políticas, Valadares relata que já sentia essa barreira ainda no convívio familiar, quando seus pais não queriam que a filha tivesse atuação política:

Os primeiros obstáculos que enfrento são a crescente oposição, principalmente de meu pai, às minhas pretensões de atuação política

e a visão quanto à necessidade de trabalhar, ‘pois, sendo mulher, tinha que me preparar desde cedo para enfrentar a vida, se porventura não casasse teria que me manter por mim mesma’. Esta visão, em que pese o ‘machismo’ embutido, não deixava de ser realista, e me ajuda a perceber a necessidade da independência econômica da mulher (VALADARES, 2005, p. 38).

Esse pensamento do pai de Loreta não era isolado. A mulher não era bem-vinda na atuação política e isso se refletia na violência que elas sofriam para se retirarem da luta. Em algumas partes do livro Valadares utiliza a 3ª pessoa, principalmente quando vai descrever o que ocorreu após a prisão; ela descreve com detalhes as violências que sofreu e salienta que muito do que sofreu foi somente porque era mulher:

A casa caíra, daí a exultação e as gargalhadas. “Quem é esta?”, perguntam. Ela toma fôlego, mas responde: “não sei, não conheço”. Ficam perplexos e dizem: “esta mulher é louca, não reconhece a própria foto”. Portela fica furioso: “Louca, mentirosa, se você não falar vou dizer a seu sogro que você é uma prostituta, estava lá na casa do Graal, dormindo com homens no mesmo quarto”. E aí é ela quem fica furiosa, não só pela ignonímia, mas pela exploração descarada da condição de mulher! Já, de início, percebera que o tratamento que seria dado às mulheres estaria eivado de conotações sexuais e nojentas e que utilizariam de mecanismos sórdidos para subjugar e abater, não só física, mas psicologicamente (VALADARES, 2005, p. 78).

Percebe-se no trecho acima, que as expressões *louca*, *mentirosa* e *prostituta* estavam presentes desde o momento da prisão. Comumente, essas expressões são utilizadas para rebaixar a mulher, como é percebido em outros trechos do relato de Loreta, principalmente nos momentos de tortura, o uso dessas expressões se intensificava, com o objetivo de agredir moralmente a mulher.

Agredir moralmente a mulher era a forma que encontravam para que ela retornasse à situação de silenciamento. Colling (1997) reforça a ideia de a mulher ser um sujeito que sempre teve sua presença silenciada historicamente

e no universo político isso não é diferente; sua voz não é ouvida. Para deixarem de ser coadjuvantes, se organizaram através do movimento feminista para lutar por liberdade, apesar das acusações de serem contra a família ou serem inimigas dos homens. Na década de 1970, a luta não foi somente contra a ditadura militar, pois as mulheres já estavam organizadas para luta por questões específicas do universo feminino:

Era como se fosse uma reação não armada à repressão política. A questão do “específico feminino” é carregada no clima de contestação geral. A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes. A literatura, especialmente a produção acadêmica, acompanhou as mudanças discutindo o tema feminismo, até agora considerado marginal (COLLING, 1997, p. 43-44).

Foi graças ao Feminismo que houve mudança significativa no comportamento de homens e mulheres. Os espaços predominantemente masculinos passaram a ser ocupados pelas mulheres, que antes não podiam nem mesmo expressar sua opinião e viviam reclusas no espaço privado/doméstico.

Ao assumirem o desejo de participarem ativamente da militância política, as mulheres estavam declarando abertamente que queriam ser protagonistas da história. Muitas delas se inseriram na luta através do movimento estudantil, começaram a fazer não só atividades práticas, como participar de reuniões ou esconder armas e militantes; elas também estudavam muito para compreender as bases teóricas do movimento, pois, segundo Valadares, acreditavam, assim como Lênin, que sem teoria não há revolução.

Ao expor as entrevistas que realizou com ex-militantes, Colling (1997) aborda questões como a forma como a sociedade via as mulheres que eram presas pelos militares. Aquelas que pertenciam a famílias privilegiadas normalmente eram poupadas de comentários e aquelas que vinham de classe

social inferior eram alvo de muitas histórias, muitas descabidas, que aquelas mulheres estavam sendo presas por envolvimento com drogas.

Esse olhar social de preconceito e condenação nunca foi novidade para as mulheres, sempre cercadas de discriminação, acusações e violências. O próprio silenciamento já é, por si só, uma forma de violência, pois tira do sujeito o direito de se posicionar, de dizer o que quer, expressar seus desejos. Por isso, para entregar-se à militância era necessário coragem, porque era uma luta travada contra todo um sistema violento, que sempre manifestou ódio à mulher. Coragem, apesar do medo, este que “não é apenas uma ameaça externa, é também um componente que se insinua no ‘espírito’ dos seres humanos.” (COLLING, 1997, p. 59). Assim, só restava às mulheres irem à luta, já que viver silenciada e violentada por um sistema patriarcal e misógino não era o que queriam para elas e para as mulheres que ainda viriam ao mundo.

#### 4. A IMAGEM DA MILITANTE

Colling (1997) escreve que, ao se inserirem na história como sujeitos políticos, as mulheres foram construindo um discurso sobre elas mesmas. Uma história que não deveria ser invisibilizada ou negada, e sim vista a partir de olhares sobre questões de gênero e desconstrução de padrões. A mulher estava conquistando o espaço público, apesar de todo o contexto desfavorável em que sempre esteve inserida:

O discurso da repressão, tanto através de documentos como através das memórias das mulheres, não é um discurso isolado. Este mesmo discurso está presente na sociedade, a repressão somente o recolhe e verbaliza. Nas entrevistas com homens e mulheres militantes em organizações de esquerda durante o período militar brasileiro, a mulher “subversiva” aparece como um sujeito desviante dos padrões normais impostos pela sociedade (COLLING, 1997, p. 112).

Assim, a violências que as mulheres sofrem/sofreram no ambiente político é a concretização da misoginia que sempre existiu. Se a mulher não aceita comportar-se de acordo com o que foi imposto, ela é humilhada, xingada, agredida, morta. Na ditadura, as mulheres se levantaram para lutar por seus direitos; mas a luta feminina foi desvalorizada/desacreditada. Não só pelos militares, mas pela sociedade de forma geral, aquelas mulheres eram “tortas”, tudo de ruim que se possa imaginar, jamais vistas como cidadãs buscando um país democrático.

A repressão busca a desconstrução do sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante. Caracterizando-a como puta comunista. Ambas as categorias são desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher num mundo privado e doméstico (COLLING, 1997, p. 117-118).

Criava-se todo um contexto de deturpação da imagem feminina para justificar o fato dela estar inserida na luta, pois não se acreditava ser possível que uma mulher “de família”, “do bem”, pudesse querer participar daquele tipo de situação. E como o corpo feminino era e ainda é alvo de toda espécie de violência, recorria-se comumente à ideia de que essa mulher era uma puta, uma vadia, que se relacionava com vários homens. Para a sociedade patriarcal, ser “puta” era (ainda é) um crime, por isso relacionava-se essa imagem às mulheres militantes; acrescentava-se a expressão “comunista” também como se fosse um adjetivo pejorativo, devido à imagem negativa que a ditadura criou para o Comunismo.

Ao serem capturadas, normalmente a imagem que tentavam passar dessa mulher era a de que ela era amante de algum militante, havia abandonado os filhos, era perigosa e subversiva. Elas eram apresentadas como um objeto, tanto sexualmente, como no sentido de que não tinham vontade própria, só estavam na militância por causa do companheiro; se a mulher era afiliada de algum partido de esquerda é porque foi aliciada para isso, enfim, a imagem que

os militares e a mídia construíam da militante era sempre negativa: ela era incapaz de agir por conta própria, era objeto de um homem, era contra a família, prostituta, usuária de drogas, um sujeito desviado de condutas adequadas (COLLING, 1997, p.99).

Então que mulher é esta, invasora dum campo que não é seu? A maneira mais simplista de responder é que não se trata de uma mulher. Esta, a militante política, é um desvio de mulher.

A perplexidade dá lugar a uma caracterização necessária para enquadrar esta mulher em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino (COLLING, 1997, p. 101).

Assim, como a mulher não era considerada uma mulher de verdade, ela deveria sofrer por suas escolhas para aprender a se colocar em seu lugar. A política não era lugar para ela e se ela estava ali, é porque era uma mulher “torta”, que merecia ser castigada. Nos momentos de tortura, Loreta Valadares era chamada constantemente de *puta* ou outras expressões que, na visão patriarcal, a rebaixariam em sua condição de mulher: “Até que Gomes Carneiro, enfurecido, diz ‘não vai falar, não é?’ você acha que eu queria estar aqui, perdendo o meu tempo, com uma *mulher feiosa e magricela* como você? Vamos ver se você aguenta isso?” (VALADARES, 2005, p. 95).

Durante a militância contra a ditadura, a luta contra a opressão era feita através de atividades cotidianas. Como já havia “despertado” e percebido que a mulher era continuamente violentada das mais variadas formas, Valadares tenta, aos poucos, se inserir e inserir também as outras mulheres em espaços em que elas pudessem se manifestar:

Os costumes são carregados de discriminação: andam atrás dos homens, falam pouco na presença deles à noitinha, quando os homens se reúnem para fumar cigarro de palha e conversar na porta do barraco de algum deles, as mulheres ficam dentro, no espaço reservado à cozinha. Quando este “bate-papo” à porta é em nosso barracão, procuro, devagarinho, em meio à conversa, vir puxando as mulheres até a entrada para ficar perto da roda masculina (VALADARES, 2005, p. 67).

Isso mostra que Valadares já tinha consciência da exclusão e do preconceito que as mulheres sofriam, até mesmo no ambiente de militância. A violência que as mulheres sofreram/sofrem no ambiente político não é exclusivamente desse universo; sabe-se que a misoginia existe em todos os ambientes de uma sociedade patriarcal, como a brasileira. O ódio à mulher manifesta-se, muitas vezes, quando a menina está ainda no ventre da mãe, quando esta ouve piadas e comentários sexistas a respeito do sexo do bebê. A violência que ocorre no ambiente político é apenas mais uma manifestação desse ódio à mulher.

Ao relatar o que vivenciou durante sua participação contra a ditadura militar brasileira, Valadares menciona, em *Estilhaços*, que havia preconceito até mesmo em relação à maneira como as mulheres militantes se comportavam ou se vestiam. Rosa (2013) discute a existência de um comportamento padrão e universal do que seria um militante. A pesquisadora apresenta o relato da ex-militante da ditadura militar brasileira, Nilce Cardoso, que ratifica que as mulheres tinham que se adequar à referência masculina do militante. Havia uma formação para os participantes na luta e, nessa ocasião, as mulheres deveriam cortar seus cabelos e deixar de usar maquiagem: “Ela lembra ainda que isso acontecia nos vários movimentos políticos da época, nos quais a mulher deveria metamorfosear-se visualmente, aproximando-se da figura do militante” (ROSA, 2013, p. 43). Acontecia, assim, a “dessexualização”, a transformação da mulher em um modelo de militante universal, embora, muitas vezes, os trabalhos delegados a elas, fossem invisibilizados. Elas eram coadjuvantes nas tarefas políticas, cozinhavam e executavam atividades domésticas, eram esposas, ocupavam o espaço privado.

Essa dessexualização, segundo Nilce, acontecia somente com as mulheres. Os homens não passavam por nenhum tipo de mudança no visual,

obviamente. O perfil de militante ideal era masculino, eles não precisavam mudar seu comportamento, nem visual, porque eles eram o próprio padrão a ser seguido. Quem estava fora do padrão eram as mulheres, que estavam fora de seu espaço “natural”, o doméstico. Se elas queriam atuar na luta política, deveriam tornar-se “homens”, que eram os verdadeiros militantes; essa era a visão dentro dos próprios grupos de esquerda.

Ferreira (1996) escreve que havia regras rígidas em relação à conduta dos militantes; e essa rigidez afetava principalmente as mulheres que deviam superar limitações que já existiam em suas vidas por conta da posição social que ocupavam antes da militância. O ingresso na política e na clandestinidade era visto como uma atitude audaciosa, para uma sociedade que impunha tantas limitações às mulheres: ...”para se afirmarem numa organização, as mulheres tinham que, além de provar sua competência individualmente, superar as marcas determinadas por sua posição na estrutura de gênero, cuja hierarquia historicamente as aparta da esfera pública” (FERREIRA, 1996, p. 137). Dessa forma, a mulher se desdobrava para se inserir e se manter no universo político.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as violências praticadas contra a mulher durante a ditadura militar brasileira eram relacionadas ao seu corpo e à sua imagem e aconteciam para humilhar e degradar a mulher e não necessariamente para obter algum tipo de informação. Através do estupro e de outras violências relacionadas ao corpo (como os ratos na vagina), à sua vida íntima e à maternidade, procura-se degradar o sujeito feminino para que seja entendido que a luta, a política, não é lugar para ela. Por ser mulher, não deve estar nos espaços de poder, ambiente exclusivamente masculino.

A tortura praticada contra as mulheres na época da ditadura era principalmente a violência sexual, que também era praticada contra homens,

mas o estupro cometido contra homens ocorre no sentido de emascular, fazê-lo tornar-se a “mulherzinha”, “rebaixando-o” ao mesmo patamar do sujeito feminino. Nesse sentido, acredita-se em uma violência específica cometida contra as mulheres durante a ditadura e essa violência é o reflexo do contexto patriarcal e misógino do Brasil.

Em contextos patriarcais, como o brasileiro, a mulher não costuma ter voz e é alvo de constantes violências, nos mais variados espaços. Aquelas que ousam enfrentar o universo da misoginia sobrevivem a lutas diárias contra assédio, piadas, violência psicológica, ameaças e muitas vezes são alvo de assassinato. Em um período de grande turbulência política no Brasil, como na ditadura, ao levantarem a voz e se manifestarem contra o autoritarismo, as mulheres se tornaram alvo das mais terríveis violências. Além da violência sexual, muito comum, as mulheres também sofriam violência psicológica, com ameaças relacionadas aos seus familiares, principalmente filhos, que muitas vezes eram torturados ou viam as mães serem torturadas; aquelas que estavam grávidas eram violentadas até perder o bebê e naquelas que estavam amamentando era injetada uma substância para que parassem de produzir leite.

Assim, percebe-se que aqueles que detinham o poder (militares) estavam dispostos a praticar qualquer tipo de violência contra quem ameaçasse sua permanência nos ambientes que comandavam. Ao perceberem que os excluídos estavam levantando suas vozes, reagiram da maneira mais cruel que podiam: retirando a liberdade e até mesmo a vida dos militantes. As mulheres participantes, como tinham ousado sair do ambiente doméstico e adentraram em um ambiente exclusivamente masculino, foram alvo das mais terríveis humilhações e crueldades, com foco principalmente em seus corpos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)
- BRASIL. Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- CULVER, V. *Mulher-Guerreira: Desenvolvimento da Identidade de Gênero das Mulheres nas Forças Armadas Americanas*. Journal of the Student Personnel Association da Indiana University , p. 64-74, 9 de maio de 2013. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/jiuspa/article/view/3674>. Acessado em 21/8/2020.
- EDWARDS, Keith E.; JONES, Susan R. Putting My Man Face On: A Grounded Theory of College Men’s Gender Identity Development. Journal of College Student Development, vol. 50, nº 2, 2009, p. 210-228. Disponível em: [https://muse.jhu.edu/article/260883/pdf#info\\_wrap](https://muse.jhu.edu/article/260883/pdf#info_wrap). Acessado em: 21 de agosto de 2020.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaskman. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013. 326 p.
- SANTOS, Heloísa Nunes dos. *Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005. 303 p.

Recebido em 12/09/2022.

Aceito em 20/11/2022.